

“SER OU NÃO SER: EIS A QUESTÃO”- PROFESSORES E DISCURSO PEDAGÓGICO NAS PÁGINAS DA REVISTA DO ENSINO.

Thaís Reis de Assis

Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros

Doutoranda

RESUMO: Este trabalho objetiva compreender o funcionamento do discurso pedagógico e o imaginário construído em torno da figura docente através dos conteúdos publicados na Revista do Ensino entre 1925 e 1930. Utilizamos como suporte teórico a Análise de Discurso (PÊCHEUX e ORLANDI) e para compreensão das condições de produção a História da Educação (FARIA FILHO e BICCAS). No final do século XIX, existiam debates no Brasil sobre a necessidade de se adotar métodos de ensino atualizados, consoante a perspectiva de países tidos como modernos. Com a ascensão republicana ao poder, estas discussões ganham força, sendo defendido o apagamento das formas de ensino anteriores e a construção de um novo modelo cujo pilar seria a escolarização em nível primário. Neste contexto político pedagógico, em Minas Gerais, houve a criação e difusão dos Grupos Escolares bem como o investimento na formação da professora. Precisava-se construir um novo lugar para docência e a alternativa encontrada pelo governo mineiro foi a *Revista do Ensino*. Procuraremos compreender o papel da *Revista do Ensino* no processo de escolarização da infância e sua atuação na fundamentação das reformas educacionais ocorridas em Minas Gerais. Até o momento observamos na *Revista* um movimento de mudança no discurso pedagógico que passa pela manualização da prática das professoras dos Grupos Escolares mineiros. Nesse sentido vemos a revista funcionar como um instrumento linguístico.

PALAVRAS- CHAVE: Análise do Discurso, Revista do Ensino, escolarização, docência.

Primeiras palavras ...

A inspiração deste trabalho advém do projeto de iniciação científica desenvolvido em 2008, intitulado “*Grupo Escolar Antônio Martins: trajetória, memória e cultura escolar*”. Lembrei que, durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa, ao perguntar os ex-alunos sobre as reminiscências que tinham do Grupo Escolar¹ (doravante GE) em que haviam estudado, a primeira coisa dita por todos se referia as professoras. Estas memórias eram um misto de admiração e respeito pela figura docente. Abaixo, trazemos trecho extraído do livro “*Do interior de um médico*” onde Salvador Geraldo Ferrari, discente do Grupo Escolar Antônio Martins² na década de 1920, relembra a relação que os alunos tinham com a professora Macrina do Nascimento.

Da minha professora

Dona Macrina do Nascimento foi a minha professora durante os quatro anos do meu curso primário. A nossa turma devotava-lhe profunda veneração. Ela gostava muito de mim e eu dela, e eu tinha a impressão de que ela me destacava dentre os demais alunos (...) Via nela um reflexo de minha mãe. Complementava brilhantemente em aula o que mamãe brilhantemente procurava ensinar-me em casa: a ler, a escrever, a rezar, a obedecer aos superiores, a ajoelhar-me diante do Santíssimo e a respeitar a Bandeira Nacional. A olhar as horas, a fazer contas, a decorar datas importantes. A ficar calado quando alguém falasse, a falar pouco quando quisessem me ouvir. (FERRARI, 1997, p. 15)

Relatos como o acima exposto que trazem a admiração e a devoção a docente me fizeram pensar na importância do trabalho desenvolvido por estas profissionais. Assim como Orlandi (2009, p. 42) acreditamos que “a imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui no confronto entre simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”. A prática docente é

¹ Os Grupos Escolares foram a maneira como a escola primária (atual 1º ao 5º ano) se configurou no Brasil com advento da República até 1971, quando a LDB modifica esta terminologia para escola de ensino fundamental.

² Primeiro educandário nos moldes republicanos, fundado na cidade de Ponte Nova/MG em 1913.

atravessada pelo discurso pedagógico (ORLANDI, 1987), ou seja, um discurso circular e institucionalizado que se origina e tende para a escola.

Antes dos GE, no período imperial, a organização do ensino primário público efetivou-se, quase que exclusivamente, por meio das escolas isoladas cujo processo de criação e estabelecimento era simples. “Bastava que um professor (titulado ou não) ou um grupo de moradores de uma determinada localidade [...] solicitasse a criação de uma cadeira de instrução primária no local” (FARIA FILHO, 2014, p. 34). Depois de fundadas, estas escolas funcionavam sob a responsabilidade de um único professor, que se tornava efetivo dono de sua cadeira. A manutenção desta cadeira e a frequência dos alunos as aulas dependia da confiança que a família depositava no professor que deveria ser portador de princípios morais e competência. Comumente caixotes serviam como mesas e cadeiras, escolas funcionavam em cômodos como sala e até mesmo nas demais dependências da residência (FARIA FILHO, 2014). Nestas instituições o ensino era ministrado a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem seguindo o método individual de ensino- cada discente era instruído individualmente.

Esse modelo de escola e as práticas ali adotadas, de acordo com os relatórios publicados na época se encontravam em situação lastimável (BERGER e ALMEIDA, 2004; FARIA FILHO, 2014). Com o advento da República, as elites dirigentes que defendiam a substituição de tudo o que advinha do Império por novas regras. Um dos pilares deste processo seria a escolarização em nível primário da população que era predominantemente analfabeta. A Constituição de 1891, a primeira da era republicana, descentralizou a organização do ensino. Desta forma a educação em nível primário se tornava responsabilidade dos estados e municípios que deveriam responder pela sua organização e funcionamento. Fazia-se necessário o apagamento das formas de ensino anteriores e a construção de um novo modelo.

O estado de São Paulo foi pioneiro criando em 1893 o primeiro Grupo Escolar do país. Tratava-se da concretização de um projeto de escola pública, gratuita, tendo como princípios a educação intelectual, moral e física.

Mediante a este panorama, procuraremos compreender o discurso pedagógico e as evidências impostas pela escola tão naturalizadas, uma vez que nos esquecemos que “todos esses “fatos” têm história, têm memória e produzem sentidos” (MEDEIROS e

PACHECO, 2009, p.2). Desta maneira, questionaremos este sempre já-lá, a história linear e transparente.

De súditos a cidadãos – a educação como “salvadora” da Pátria.

A Proclamação da República no Brasil presente no discurso dos livros didáticos e na história oficial traz a memória que remete a um movimento sistematizado que atendeu a demanda da população descontente com os rumos tomados pela monarquia. Segundo Gomes (2013) a República nasceu afastada das ruas e gerou certo estranhamento junto à população que se identificava com a monarquia que atingira alta popularidade com o fim da escravidão. O governo imperial já fazia parte do imaginário brasileiro, pois “representava, ao menos formalmente, a sequência de um sistema de governo que nos governara desde o início da colonização portuguesa, continuando, assim, a permear decisivamente o imaginário cotidiano dos habitantes do país” (FIGUEIREDO, 2011, p. 138).

Foi feita uma intensa propaganda através da imprensa, de panfletos, reuniões e comícios para aproximar a população do novo regime político. Era necessário apagar e silenciar da memória tudo que fazia inferência aos tempos do Império. Estradas, ruas, praças, escolas, repartições públicas e até cidades inteiras tiveram suas denominações alteradas para homenagear os heróis republicanos. Foram criadas datas cívicas e heróis nacionais vinculados aos feitos republicanos.

Outro instrumento usado pelos governantes em seu projeto de controle e homogeneização cultural foi a escola. Os sistemas de ensino “foram instrumentos importantes na construção da modernidade [...]. Foram eles os responsáveis por repassar conhecimentos sistematizados, uma história comum, a ideia de língua pátria, o sentimento de pertencimento a uma nacionalidade” (SARMENTO, 2009, p.17). Nada melhor que (con)formar mentes desde a infância.

“A escola, aos olhos da época, visava erradicar a ignorância que grassava por todo o país. Buscava-se preparar a nação para a sedimentação da recente República” (MATHIESON, 2013, p.179). Em Minas Gerais, foi na gestão de João Pinheiro na Presidência do Estado que a instrução pública passou por uma reforma que veio

contemplar a formação do professorado e a criação dos Grupos Escolares, por meio da lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. A execução desta legislação criou as condições necessárias para a constituição de uma nova cultura escolar na capital e em muitos municípios mineiros.

A criação dos grupos escolares teve um profundo significado político, social e cultural. Tratava-se não apenas de sua difusão no meio popular e da suposta democratização do acesso à leitura e à escrita, mas da implantação de um modelo de instituição educativa que procurava romper com as formas escolares anteriores. Faria Filho (2016, p. 147) nos conta que

os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos políticos- educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro.

Os GE foram implantados paulatinamente pelos estados brasileiros e trouxeram consigo várias estratégias englobando desde a prescrição dos conteúdos a serem ensinados, a organização do tempo e do espaço escolar e até mesmo a definição dos modos de ser e agir das categorias profissionais da educação como é o caso das professoras.

Tomamos os GE neste trabalho como um acontecimento discursivo. Para Pêcheux (2015) o acontecimento é o encontro de uma atualidade e de uma memória que remete a um conteúdo ao mesmo tempo transparente e profundamente opaco. O acontecimento discursivo trabalha com “o acontecimento (fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e começa reorganizar” (PÊCHEUX, op. cit, p. 20). Configura-se num confronto discursivo de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas) cujo resultado é “um universo logicamente estabilizado (construído por um conjunto relativamente simples de argumentos, de predicados e de relações) que se pode descrever exaustivamente através de uma série de respostas unívocas a questões factuais”

(PÊCHEUX, op. cit, p.23). O acontecimento funcionaria como algo natural ou ainda pela negação, como se não tivesse acontecido e fosse apagado da memória.

Graças aos grupos escolares, o modelo das escolas isoladas foi sendo desconstruído paulatinamente. Fora formulado um espaço específico para a educação primária separado da rua e do âmbito familiar; o tempo escolar passa a ser racionalizado e controlado por horários, calendários e sinetas – se inicialmente o tempo da escola era submetido ao tempo familiar, essa realidade se alteraria drasticamente após a implantação dos GE. As escolas formaram classes com alunos de nível semelhante de aprendizagem e os discentes passaram a ser organizados em séries. O conhecimento a ser repassado materializava-se no programa de ensino prescrito legalmente para o ensino primário (VAGO, 2000).

No entanto, para que a educação proposta pelos republicanos alcançasse sucesso era necessário um porta-voz. Neste contexto político pedagógico a principal peça desta engrenagem eram as professoras. Usamos o termo professoras, uma vez que a quase totalidade do corpo docente era composta por mulheres e a permanência destas na educação primária, era justificada como maneira de seguir uma carreira digna (FARIA FILHO, 2014). O magistério significava uma das poucas formas socialmente valorizadas ou respeitadas para as mulheres de acesso a um trabalho remunerado fora do lar. Nesse período, a mulher foi convocada para a instrução pública, pois ser professora significava ocupar uma posição de destaque e importância, próxima a de grupos sociais e profissionais de grande prestígio.

O governo mineiro precisava apagar a posição professor das escolas isoladas e construir um novo lugar para docência, outro imaginário. Vislumbrando o sucesso nesta empreitada houve ênfase na formação das novas professoras que deveriam prioritariamente ter frequentado a Escola Normal para o exercício das atividades no GE. No entanto, a realidade existente era diferente. Não havia Escolas Normais em número suficiente para atender a demanda, muitas professoras eram leigas e outras que já exerciam a profissão estavam acostumadas ao ritmo das escolas isoladas ou domésticas. Uma alternativa encontrada pelo governo mineiro para uniformização da docência foi a *Revista do Ensino*.

A Revista do Ensino

A *Revista do Ensino* é considerada o mais importante impresso pedagógico oficial da educação de Minas Gerais (SOUZA, 2001; BICCAS, 2008). Foi criada em 1892 no governo de Afonso Pena – enquanto presidente de Minas Gerais- e extinta em 1971. Foi desativada logo no ano de sua criação, novamente publicada em 1925 circulando até o primeiro semestre de 1940. Durante a II Guerra Mundial foi suspensa retornando em 1946 e sendo distribuída ininterruptamente até 1971. Ao longo desses anos foram publicados 242 números dos quais três no primeiro período da Revista em 1892 e os demais 239 entre os anos de 1925 e 1971. Este trabalho delimitou para o estudo as publicações referentes a Primeira República (1889-1930) mais especificamente as produzidas entre 1925 e 1930.

Ao longo dos anos a *Revista do Ensino* criou um imaginário sobre ser docente, uma representação autorizada de professor, tomando-o como agente responsável pela implementação das diretrizes e das propostas educativas e pedagógicas. Tinha por intuito preencher as lacunas na formação cultural e pedagógica dos docentes; propiciar informação a estes sujeitos; ser um elo com os professores isolados geograficamente nas distintas regiões do estado; modelizar práticas; apresentar inovações pedagógicas; fornecer um panorama regional, nacional e internacional expondo estudos e teorias acerca da educação; além de ser uma forma de tomada de consciência sobre os deveres e a importância do trabalho realizado nos grupos escolares (BICCAS, 2008).

A *Revista* era publicada mensalmente e tinha por intuito orientar, estimular e informar os funcionários do ensino e os particulares interessados em assuntos relacionados à educação. Os conteúdos abordados eram divididos em doutrinários e noticiosos. A parte noticiosa proporcionaria ao leitor contato com fatos e ocorrências nacionais ou estrangeiras que pudessem colaborar com a organização do ensino; apresentava dados estatísticos referentes à instrução e disponibilizava os atos oficiais cujo conhecimento era obrigatório. Esta parte serviu como veículo oficial de divulgação dos eventos e obras realizadas pelo governo.

No tocante a parte doutrinária, a *Revista de Ensino* vislumbrava orientar os processos, funcionava como um manual sobre as práticas e condutas a serem assumidas

pela docente. Tomamos a *Revista* como uma política e como um instrumento linguístico que versava modificar o sujeito professor através da manualização do saber de práticas pedagógicas e pela construção de uma forma autorizada de docência. Para Puech (1997) a manualização se relaciona a disciplinarização e a constituição do saber em disciplina. Trata-se de uma política de controle que delimita o que será divulgado e o que pode poderá circular junto a sociedade que fará dos manuais objeto de consulta e os utilizarão em busca de conhecimento e do saber legitimado. Segundo Souza

Se formar sujeitos disciplinados constituía-se na tarefa da escola naquele momento, caberia primeiro disciplinar os professores, normatizando suas ações, buscando o máximo possível unificar pensamentos e atividades, de forma [...] que não desviasse dos seus princípios previamente estabelecidos. Nesse caso, [...] Revista, era um instrumento capaz de veicular e instituir uma nova mentalidade entre o professorado, traduzindo os Regulamentos e Programas em propostas concretas de utilização pelos professores, convencendo-lhes da necessidade de adotarem novos métodos e atualizarem-se, seguindo disciplinadamente as sugestões/prescrições divulgadas através da Revista (2001, p. 32)

Quando analisamos os títulos das matérias da *Revista*, por exemplo, é possível verificar como o conteúdo publicado pretendia ensinar o docente a ensinar, manualizando a prática educativa.

Quadro 01: Títulos das matérias da *Revista do Ensino*.

Ano	Nº	Título
1925	04	Ginástica respiratória- fenômenos respiratórios durante o trabalho muscular. Necessidade de ginástica respiratória. Como deve ser ensinada
1926	10	O ensino da leitura e do vocabulário- dada, a falta de uma selecta inteligentemente organizada para a leitura, o tino do professor pode remediar a falta escolhendo trechos acessíveis a inteligência do aluno e capazes de interessa-lo.

Comumente encontramos matérias com títulos de grande extensão que além de informar o que será abordado no texto trazem uma sinopse. Em 1925, por exemplo, a

matéria tratava da Ginástica Respiratória. No entanto, o título apresenta resumidamente os fenômenos respiratórios durante o trabalho muscular, justifica a prática deste tipo de ginástica na escola e ainda ensina como deve ser trabalhada com os alunos.

Já o título trazido de 1926 diz respeito a uma reportagem sobre o ensino de leitura e do vocabulário apresentando um problema e a possível solução ao desenvolver esta atividade. O título adverte a professora sobre as consequências da seleção de material inadequado e a importância de se corrigir esta falha fazendo uso de materiais acessíveis escolhidos de acordo com os conhecimentos do aluno. Mesmo sem realizar a leitura integral do artigo, o título já orienta a professora quanto aos sentidos que precisa assimilar. Assim como Biccas (2008, p. 109) acreditamos que “essa forma poderia isentar os leitores de uma leitura atenta e de novas possibilidades de construção de sentidos, já que dirigia a uma interpretação dos conteúdos. Os títulos constituem-se em verdadeiros enunciados prescritivos para as práticas educativas”. Outro exemplo pode ser observado na Figura 1.

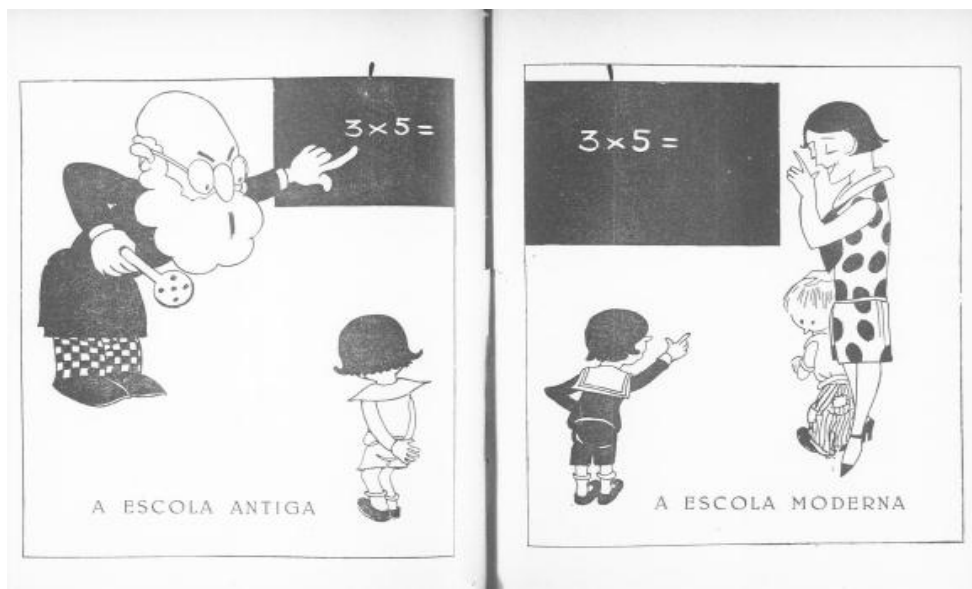


Figura 01: Escola antiga x Escola Nova. Fonte: Revista do Ensino, número 23, outubro de 1927, p. 520-521.

Na Figura 01 ocorre a representação- pelo viés da *Revista do Ensino*- do que seria a escola antiga x a escola moderna. É instituída a imagem de professora ideal. Os sentidos associam o modelo de ensino advindo do Império ao vocábulo antigo e as imagens do professor e do aluno a um tipo escolar que se quer deixar no passado:

centrado na repressão, nos castigos corporais e ensino individual. Já a escola moderna, modelo difundido e divulgado pelo governo mineiro traz consigo um já dito que nos remete àquilo que rompe com o passado e a tradição para trazer a evolução dos tempos-criando sentidos que legitimam a proposta republicana e possibilitam a distinção entre a educação antiga e o moderna. A imagem da professora harmoniza com a jovialidade dos Grupos Escolares, a adoção de um novo método de ensino e representa a figura feminina como preferencial as atividades escolares.

Conclusões preliminares

Concluimos, até o momento, que a *Revista do Ensino* foi um dispositivo pedagógico capaz de modelar ritos e práticas ao longo da I República em Minas Gerais. Foi um mecanismo de difusão de sentidos acerca da “escola moderna”, das práticas de ensino permitidas e do discurso autorizado nos Grupos Escolares. Tratou-se de um importante instrumento linguístico de formação de professores em exercício.

Este periódico fundamentou as reformas educacionais ocorridas em Minas Gerais coordenando um movimento de mudança no discurso pedagógico. Sem dúvidas foi um instrumento linguístico de manualização da prática pedagógica das professoras dos Grupos Escolares mineiros.

REFERÊNCIAS

BERGER, Miguel André & ALMEIDA, Anne Emile Souza de. A instrução pública em Sergipe na era da modernidade - analisando a trajetória dos Grupos Escolares. **In: Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectivas Históricas**, 3, 2004, Paraná. Anais. CD – ROM.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação Revista do Ensino em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte (1916- 1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Cap. 6. p. 135-150.

FERRARI, Salvador Geraldo. **Do interior de um médico**. Ponte Nova, MG, 1997.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Políticas y Humanidades**, -, v. 1, n. 26, p.119-145, ago. 2011. Disponível em: <http://alojoptico.us.es/Araucaria/nro26/monogr26_4.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017

GOMES, Laurentino. **1889**: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

MATHIESON, Louisa Campbell. Educação na Primeira República: alfabetização e cultura escolar na Revista do Ensino (1902-1910). **Hist. Educ**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p.177-194, set/dez 2013.

MEDEIROS, Vanise Gomes de, PACHECO, Denise. Materiais didáticos de língua portuguesa: reflexões acerca do lugar do professor. In: DAHER, M. D. C. et ali. **Trajéorias em Enunciação e Discurso – Práticas de Formação Docente**. São Carlos, SP: Claraluz, 2009

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PUECH, C. Benveniste et la representation de la “discipline linguistique”. **LINX - Émile Benveniste vingt ans après**, Nanterre, numéro spécial, 1997.

SARMENTO, Diva Chaves. Da formação da nacionalidade à formação da cidadania. In: YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes; SARMENTO, Diva Chaves (Org.). **Escola e sistema de ensino**: memória, gestão e saberes. Juiz de Fora: Editora Ufj, 2009. Cap. 1. p. 17-34.

SOUZA, Rita de Cássia. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)**. 2001. 2001. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VAGO, Tarcísio de Moura. Cultura escolar, cultivo dos corpos: a gymnastica como prática constitutiva de corpos no ensino primário de Belo Horizonte (1906- 1920). In: **23ª Reunião Anual da ANPED, 2000. Caxambu, MG**, 23ª Reunião da ANPED-Programas e Resumos, São Paulo: SP. ANPED 2000.